

GT 26 - Educação do Campo**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO NO CAMPO: ANUCLEAÇÃO DAS
ESCOLAS MULTISSERIADAS EM DEBATE****INTRODUÇÃO**

Na atualidade, é consenso que o processo educacional representa um dos mais valiosos bens de qualquer sociedade. Pizzolato (2004), por exemplo, chama a atenção de que os países pertencentes ao bloco do chamado 1º mundo priorizam investimentos maciços em educação. Tais investimentos voltam-se especialmente para a alfabetização de todas as crianças na idade apropriada, ampliação do tempo de permanência na escola, melhoria na qualidade do ensino, extinção e erradicação do analfabetismo, investimento na formação de docentes e na garantia da inclusão de todos no processo educacional independente do território.

Embora nos últimos anos o Brasil tenha ampliado seus investimentos em educação, ainda existem muito a ser feito, principalmente no que diz respeito à educação na zona rural. Nesse sentido, alguns dados educacionais indicam que os investimentos em educação têm chegado de forma desigual nas diferentes regiões, estados e municípios. A Tabela 1 com a média de anos de estudo da população por região ilustra essa má distribuição.

Os dados esclarecem que a população rural entre 18 a 24 anos tem um déficit considerável de anos de estudo em relação à população urbana. No caso da região Nordeste, por exemplo, os dados de 2011 indicam que a média de anos de estudo na zona rural (7,4) é 19% menor que na zona urbana (9,1). Isso evidencia a carência de investimentos e políticas sociais e educacionais na zona rural.

Um fator que pode dificultar o acesso à educação de qualidade para todos em nosso país está relacionado à extensão territorial brasileira. Tal fator afeta, principalmente o território

rural, onde muitas vezes a carência de investimento e de educação e recursos básicos como estradas, luz e água, tem dificultado o acesso e a permanência na escola.

Tabela 1 – Média de anos de Estudo da População de 18 a 24 anos de Idade por Localização-1996-2011

Unidade da Federação	Média de Anos de Estudo da População de 18 a 24 anos de Idade-Total		Média de Anos de Estudo da População de 18 a 24 anos de Idade-Urbana		Média de Anos de Estudo da População de 18 a 24 anos de Idade-Rural	
	1996	2011	1996	2011	1996	2011
Brasil	6,7	9,5	7,3	9,8	4,3	7,7
Norte	6,6	8,7	6,8	9,2	3,7	6,8
Nordeste	5,3	8,7	6,3	9,1	3,3	7,4
Sudeste	7,5	10,1	7,8	10,2	5,2	8,7
Sul	7,4	9,9	7,8	10,1	5,9	8,9
Centro-Oeste	6,9	9,9	7,3	10,0	5,0	8,2

Fonte: IBGE/PNAD Notas: (1) Exclusiva população rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP para os anos de 1996, 1998 e 2002. (2) Exclusiva pessoas com anos de estudo não determinados. Fórum Nacional De Educação-Brasília Março/2013

Em comunidades de baixa densidade demográfica, mesmo quando há escolas ou espaços educativos, estes, na sua maioria, não dispõem de infraestrutura pedagógica adequada. Percebe-se também uma tendência de isolamento em relação aos serviços administrativos e pedagógicos desenvolvidos pelas secretarias municipais.

Na tentativa de oferecer apoio administrativo e pedagógico para as escolas localizadas em pequenas comunidades, alguns municípios têm adotado a política da nucleação intracampo¹ ou campo para a sede, transferindo os alunos para escolas localizadas na sede do município. Tal política tem sido adotada como forma de facilitar o oferecimento de formação para os professores, o acompanhamento pedagógico, a distribuição de merenda escolar e equipamentos pedagógicos.

Para muitos autores (CARVALHO, 2011; REIS, 2011; BENJAMIM, 2000), no entanto, a nucleação de escolas em comunidades de baixa densidade demográfica além de não incentivar o desenvolvimento local, em grande parte, tem levado à evasão escolar. Nesse caso, crianças de pequenas comunidades ficam sem estudar pela dificuldade de acesso à escola nucleada por carência de transporte.

De outra parte, quando o processo de nucleação ocorre sem a devida atenção às características locais, as comunidades podem perder a contribuição que a escola

¹ O termo nucleação intracampo é utilizado quando são transferidos alunos de escolas localizadas em comunidade com baixa densidade demográfica para outra escola na zona rural em comunidade com maior densidade demográfica.

vinha oferecendo como espaço de interação social e acesso às políticas de assistência social. Nessas comunidades as escolas muitas vezes são um espaço de encontros, seja para as reuniões de associações comunitárias, religiosas, sediar festas culturais, ou promover o acesso às políticas sociais, como campanha de vacinação e orientação de assistência social. Assim o processo de nucleação pode repercutir em outros problemas sociais.

Entretanto, mesmo frente a questões supracitadas, o processo de nucleação tem se intensificado como política de promoção de melhoria da qualidade educacional no campo. Esse processo tem sido justificado pela falta de infraestrutura apropriada, professores em formação adequada e dificuldade de acompanhamento pedagógico de escolas localizadas em áreas de baixa densidade populacional.

REFLEXÕES SOBRE A NUCLEAÇÃO DE ESCOLAS EM ÁREAS DE BAIXA DENSIDADE POPULACIONAL

O processo de nucleação de escolas no Brasil se iniciou em 1976, e consistiu em agrupar várias escolas, antes isoladas nas propriedades rurais, em um núcleo central (Sales, 2006). Na atualidade, esse processo vem se expandindo como política voltada à melhoria da qualidade educacional no campo. De acordo com o relatório de 2013 das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (BRASIL, 2013), o processo de nucleação:

[...] corresponde, na prática, ao fechamento ou desativação de escolas unidocentes (multisseriadas), seguido pelo transporte dos alunos para escolas maiores, melhor estruturadas e abrangendo ciclo ou ciclos completos, funcionando como núcleo administrativo e pedagógico. O processo de que estamos tratando é em contra-amparo na legislação educacional. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica, (2013 p.270)

De acordo com essa lógica, através da nucleação é possível oferecer um atendimento administrativo e pedagógico de qualidade, principalmente no que se refere aos recursos humanos, pois o deslocamento de professores e funcionários passa a ser centralizado.

Assim, para efetivar a nucleação das escolas é realizado o fechamento das unidades de ensino localizadas nas áreas de mais difícil acesso da zona rural, concentrando-as em lugares definidos pelos sistemas educacionais. Em maior parte, são deslocadas para a sede do município, pela facilidade na oferta de recursos e na organização do ensino em turmas seriadas. A partir desse entendimento a política da nucleação vem sendo defendida como um instrumento de melhoria do ensino para o país.

Em decorrência das manifestações sociais no campo, vê-se despertar no cenário sociopolítico dos últimos 20 anos de fase de um novo papel político para a educação oferecida na zona rural. Tal política tem como principais scopos a valorização da identidade das pessoas que moram no campo, evitando que tenham que sair do seu local de origem para ter acesso às políticas sociais, como educação, saúde, assistência social e cultura.

A Conferência Nacional para a Educação do Campo, com o tema “Por uma Educação Básica do Campo”, realizada em 1998, foi um dos marcos no processo de reivindicação por políticas com a intenção de valorizar a identidade das pessoas que moram no campo e combater a hegemonia dos latifúndios através da construção de uma sociedade com igualdade de acesso à educação.

As ideias disseminadas na conferência, de acordo com Caldart (2000), retratam o campo como um lugar em movimento, onde há tensões e a educação básica está sendo constituída nesse movimento. Tal dinâmica social, na visão do autor, também representa um movimento sócio-cultural das pessoas que dela participam e um novo paradigma educacional está sendo “gestado” nesse movimento. Tal paradigma refere-se à transformação de um movimento consciente pela construção de uma escola do campo que ajude na reafirmação do povo do campo.

O campo é um lugar para onde confluem conhecimentos e valores necessários e importantes para o equilíbrio da vida em sociedade. No que pese seu importante valor econômico e cultural, observa-se grande carência no desenvolvimento de políticas educacionais adequadas.

De acordo com o documento *Panorama da Educação do Campo INEP/MEC (2007, p.08)*, os diagnósticos da educação do campo têm apontado como principais questões:

- Insuficiência e a precariedade das instalações físicas das maiores escolas;
- Dificuldades de acesso dos professores e alunos às escolas, em razão da falta de um sistema adequado de transporte escolar;
- Falta de professores habilitados e efetivados, o que provoca constante rotatividade;
- Currículo escolar que privilegia uma visão urbana de educação e desenvolvimento;
- Ausência de assistência pedagógica e supervisão escolar nas escolas rurais;
- Predomínio de classes multisseriadas com educação de baixa qualidade;
- Falta de atualização das propostas pedagógicas das escolas rurais;
- Baixos desempenhos escolares dos alunos e elevadas taxas de distorção idade-série;
- Baixos salários e sobrecarga de trabalho dos professores, quando comparados com os dos que atuam na zona urbana;
- **Necessidade de reavaliação das políticas de nucleação das escolas;**
- Implementação de calendário escolar adequado às necessidades do meio rural, que se adapte à característica da clientela, em função dos períodos de safra. (INEP/MEC, 2007; p. 08; grifonosso)

Embora esse diagnóstico aponte para uma realidade precária, Arroyo (2004) nos chama a atenção de que a luta pela participação popular, pela produção das políticas públicas, ajuda a formar sujeitos lutadores por seus direitos. Ao analisar a conjuntura nacional da educação do campo, percebe-se que houve avanços, principalmente, através da participação protagonista dos movimentos sociais e das universidades. Conceitos, metas e diretrizes vêm sendo construídos e definidos como política pública para o campo. Como a participação social através dos conselhos, garantida em lei pela Constituição Federal de 1988, e a Lei de Diretrizes Básicas (LDB) de 1996 em seu Art. 14, que estabelece a descentralização e a democratização da educação, efetivando e valorizando o papel dos conselhos da sociedade civil organizada.

Além de estabelecer os princípios de democratização e de descentralização para a gestão escolar, a LDB, em seu artigo 35 (incisos I, II e III), sugere que a educação básica deve oferecer atendimento específico para a população rural, respeitando as peculiaridades das comunidades em três aspectos essenciais para a formulação do trabalho pedagógico:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos estudantes do campo;

II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho no campo.

Nesse sentido, a Resolução nº 1, de 3 de abril de 2002, sancionada pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB). Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. O documento estabelece eixos norteadores como a universalização da educação do campo, a diversidade da proposta pedagógica da educação do campo, formação de professores e organização do currículo para o campo, sustentabilidade, gestão democrática e controle social. Enfatiza oferta da educação básica para o campo alicerçada na colaboração entre união, estado e municípios. Tal oferta inclui desde a educação infantil ao ensino médio, incluindo o ensino profissionalizante.

As diretrizes supracitadas indicam, ainda, que o deslocamento de alunos deve ser realizado apenas quando o atendimento não puder ser oferecido na própria comunidade. Dessa forma, a Resolução abre a possibilidade de não oferecer o atendimento escolar na própria comunidade. A Resolução CNE/CEB 01/2002, no entanto, não especifica a concepção pedagógica para a educação do campo, formas de atendimento da educação infantil, condições de atendimento de transporte a ser oferecido para as crianças quando o deslocamento for necessário e procedimentos de nucleação.

Tal lacuna, no entanto, não passa despercebida ou sem consequências. Assim, o relatório das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (BRASIL, 2013) levanta preocupações sobre os efeitos do não esclarecimento de procedimentos para a nucleação e o oferecimento de transporte;

Os dados apresentados recomendam que haja manifestação, por parte do Conselho Nacional de Educação, no sentido de orientar as redes e sistemas de ensino quanto à adoção de medidas que garantam o atendimento da educação às populações do campo de acordo com o proposto na Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. As atuais políticas de nucleação e de transporte escolar têm contribuído para descaracterizar a educação que se oferecia a essas populações. (2013 p. 267).

O relatório caracteriza, ainda, a ausência de orientações ou modelos para a realização de processos de nucleação nos estados e municípios:

Considerando os expostos sobre a realidade da Educação do Campo e, sobretudo, a ausência de normas sobre os modelos de nucleação, solicitamos ao CNE que avalie a oportunidade de se pronunciar no sentido de orientar aos Estados e Municípios para o atendimento da Educação Básica nas escolas do campo de maneira a garantir aos alunos os seus direitos a uma educação pública de qualidade. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica, (2013 p. 267)

Em decorrência de alguns questionamentos sobre a nucleação e a especificidade de atendimento às populações rurais, como agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas, o Conselho Nacional de Educação (CNE) estabeleceu diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo através da resolução nº 2, de 28 de abril de 2008.

A resolução CNE 2/2008 em seu artigo 03 indica que nas modalidades da educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental deve ser evitado o processo de nucleação, sendo oferecido o acesso à escola na própria comunidade. Nos incisos primeiro e segundo desse mesmo artigo, a resolução indica que nos primeiros anos do ensino fundamental, quando o acesso à escola não puder ser oferecido na própria comunidade, o sistema municipal deve estabelecer tempo máximo de deslocamento dos alunos, a pé ou de ônibus, a partir da localidade de origem. Tal definição indica a norma, de vetero a participação da comunidade.

Mesmo com a complementação das diretrizes operacionais para o campo, ainda há demanda por esclarecimento do processo de nucleação. Os municípios carecem de orientações e modelos que apoiem a organização das políticas de atendimento educacional do campo. Um tipo de

atendimento que garanta ao aluno do campo o direito à educação de qualidade definida nacionalmente.

De outra parte, com a instituição do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, a partir da Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, observa-se um significativo incremento de investimentos financeiros voltados para as escolas na zona rural. Nesse sentido, Saviani (2011), ao analisar a referida Lei destaca os valores referentes a cada modalidade de ensino:

- I. Creche – 0,80 (oitocentésimos)
- II. Pré-escola – 0,90 (noventacentésimos);
- III. Anos iniciais do ensino fundamental urbano – 1,00 (um inteiro)
- IV. Anos iniciais do ensino fundamental do campo – 1,05 (um inteiro e cincocentésimo)
- Anos finais do ensino fundamental – 1,10 (um inteiro e dezcentésimo);
- V. Anos finais do ensino fundamental no campo – 1,15 (um inteiro e quinze centésimo); [...] (SAVIANI, 2011; p.125):

Percebe-se que o investimento é um pouco maior para as escolas localizadas na zona rural. Assim, embora haja ausência de modelos para a implementação de políticas educacionais no campo, as políticas vigentes apresentam traços que indicam prioridade nos investimentos financeiros voltados para a manutenção de escolas de pequeno porte localizadas na zona rural. Cabe aos municípios, por outro lado, se apropriarem dessa política e definir estratégias para sua efetivação.

LOCALIZAÇÃO E GEOPROCESSAMENTO: SUA IMPORTÂNCIA PARA OS SISTEMAS DE ENSINO

Do ponto de vista dos recursos tecnológicos disponíveis para auxiliá-los na superação dos desafios supracitados. Os estudos sobre a localização das escolas por meio de ferramentas de geoprocessamento é de grande importância para que os municípios possam fornecer o acesso igualitário aos serviços educacionais apoiados no planejamento da oferta com base na demanda escolar. Dessa forma a localização das escolas por meio do Sistema de Informação Geográfica (SIG), pode estabelecer como um instrumento poderoso no apoio à decisão dos gestores para o planejamento da rede educacional, especialmente no que tange aos processos de nucleação escolar.

O objetivo de mapear as escolas na zona rural utilizando as estratégias da tecnologia do Geoprocessamento é localizar onde as escolas estão inseridas, e correlacionar a sua posição geográfica com o grau de desenvolvimento local, distâncias das escolas para a sede e entre

outras escolas, bem como dados sobre a estrutura física escolar. A partir das informações, o Sistema Municipal pode ter maior domínio sobre a realidade local e sua complexidade espacial, auxiliando a tomada de decisão na gestão da rede escolar.

De acordo com Xavier (2000), geoprocessamento é um conjunto de técnicas computacionais que operam sobre bases de dados (registros de ocorrências) georreferenciados para fornecer informações objetivas sobre um dado território. Trata-se, dessa forma, de um conjunto de métodos e técnicas aplicados a uma base de dados informatizada, proporcionando a sistematização e gerando indicadores relevantes para apoio a decisões quanto aos recursos ambientais.

Geoprocessamento, portanto, se refere à geração de informações para apoiar a decisão quanto ao uso dos recursos físicos, bióticos e socioeconômicos do meio ambiente. Tal tecnologia é viabilizada pela confluência de diversas técnicas, como por exemplo: i) Sistema de Posicionamento Global (GPS); ii) Sensoriamento Remoto; iii) Processamento Digital de Imagens (PDI); iv) Cartografia Digital; v) Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados (SGBD); vi) Sistemas de Informações Geográficas (SIG).

Embora a utilização de tecnologia de geoprocessamento se apresente na atualidade como um processo poderoso e relativamente acessível, observa-se que o processo de nucleação de escolas da zona rural, em geral, não vem recorrendo a estas tecnologias. Na maioria dos casos a nucleação se dá com base na limitação de recursos disponíveis no município, e não no potencial de desenvolvimento local.

FECHAMENTO, DESATIVAÇÃO E CRIAÇÃO DE ESCOLAS EM ITAPICURU.

Itapicuru está situada na região Nordeste do Estado da Bahia, a 215 km da capital, precisamente na zona agreste do Semiárido. Sua área de abrangência é de 1.556,96 km² e o município foi fundado em 1728. A denominação originou-se do Rio Itapicuru que nasce nas serras de Jacobina e Vila Nova passando por Santo Antônio das Queimadas e Soure, sempre valeável e com caminho este, para desaguar no oceano, depois de passar pelo vilado Conde, onde se torna navegável.

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010) o município conta com 32.261 habitantes. Essa população é predominantemente rural com 25.586 habitantes na zona rural e 6.675 na zona urbana. Quanto ao nível de alfabetização da população, 18.097 pessoas são alfabetizadas. Isso quer dizer que 46% da população é analfabeta.

O município tem como base econômica a agricultura e a pecuária, o comércio é de pequeno porte e a prefeitura municipal é a maior fonte empregadora. A população engajada no mercado de trabalho formal e informal registra renda mensal de R\$185,70 reais segundo dados do IBGE/2010. Sendo considerado o município mais pobre do estado da Bahia, Itapicuru possui IDH de 0,485 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano de 2010, estando entre os 56 municípios mais carentes do Brasil.

De acordo com o censo 2010 do IBGE os indicadores de pobreza indicam que 31,44% da população é extremamente pobre e 57,29% é pobre. A mortalidade de crianças menores de 01 ano é de 35,2% e de menores de 05 anos de idade é de 38,0%.

Com base na LDB o município de Itapicuru, implantou seu sistema municipal de educação por meio da Lei nº 069 de 06 de abril de 2004, posteriormente, alterada pela Lei nº 282/2011. Esse marco normativo estabelece inicialmente, a forma de organização do sistema de educação considerando os seguintes níveis de ensino: educação infantil, ensino fundamental, nível médio na modalidade normal, educação de jovens e adultos e educação profissional.

Paradisuporte à gestão do sistema, foram implantados os Conselho Municipal de Educação, Conselhos Escolares, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e o Conselho de Alimentação Escolar. Posteriormente a Lei nº 282/2011 revogou os dispositivos relativos à educação profissional e incorporou educação especial e educação no campo.

Itapicuru possuía maioria das escolas localizadas na zona rural, muitas delas sendo organizadas em turmas multisseriadas, atendendo em média de 10 a 30 alunos da educação Infantil ao 5º ano do ensino fundamental. Em escolas com estrutura física inadequada e carentes de acompanhamento pedagógico, o professor assume a responsabilidade de gerir a unidade educacional, sendo responsável em atender as demandas administrativas e pedagógicas cotidianas.

Em entrevista concedida aos pesquisadores, a Diretora de escola A, que atua nessa função desde 1997, dá sua opinião sobre o motivo de existir tantas escolas em Itapicuru. De acordo com ela, por motivo da necessidade localou interesses políticos foram sendo criadas muitas escolas.

Eu acho que as escolas foram criadas através da necessidade da comunidade [...] Ou por política, as escolas eram bem próximas umas das outras, a pessoa que estava morando ali pedida ao político e formava a escola, no juazeiro que a comunidade não era grande tinha 04 escolas [...] as vezes eu chegava na escola tinha um varal de roupa, sacode feijão, a professora cozinhava o feijão e dava para os meninos. (Diretora de escola A)

De acordo com a Diretora A, historicamente o município criou escolas sem elaborar um planejamento de necessidade de demanda e oferta. O agente político local solicitava ao prefeito a autorização para a criação de escola, onde o professor normalmente “leigo”, mas alfabetizado, ganhava baixo salário e atendia os alunos em sua própria residência. Esta estratégia foi adotada durante muito tempo, o que ocasionou, de um lado, número excessivo de escolas em uma mesma localidade e, de outro, regiões sem atendimento escolar.

Diante desse contexto, a Secretária Municipal de Educação tem adotado a desativação de algumas escolas, não executando matrículas nas mesmas, sem adotar um instrumento diagnóstico ou qualquer tipo de orientação para desativá-las. Tal procedimento tem como base, a percepção dos senso comum de que fechar tais escolas que não trariam prejuízos à comunidade e proporcionar a melhor condição de gestão.

Atualmente cada diretor é responsável por, em média, 16 escolas, com 01 a 02 conselhos escolares vinculados a um polo². Como os polos não dispõem de infraestrutura de apoio os diretores estão sediados na secretaria municipal de educação localizada na sede do município. Assim, eles visitam as escolas rurais, em grande parte multiseriadas, em média uma vez por mês.

Mesmo com fechamento de vinte e duas escolas, ainda há dificuldade de atender as escolas localizadas na zona rural que ficam a mercê de visitas esporádicas dos gestores. A carência de atendimento educacional tem dificultado o planejamento junto ao professor no sentido de promover, formação adequada para a educação no campo, organização de currículo específico para a demanda pedagógica existente e a distribuição de recursos pedagógicos.

Percebe-se que a organização e implementação do sistema municipal de educação para a educação do campo não é algo simples diante das demandas pedagógicas e administrativas da atualidade. Por isso a importância de estudos e pesquisas que possam fomentar discussões sobre as políticas públicas para a educação no campo que vêm sendo desenvolvidas. Como foi citado anteriormente cada vez mais aumenta a responsabilidade do município em decidir sobre o direcionamento educacional local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a comunidade local a escola é um elemento importante entre as políticas sociais e as pessoas da comunidade. Em muitos povoados de difícil acesso o único espaço físico público que

²O polo corresponde a um conjunto de escolas localizadas em uma mesma área geográfica sob a responsabilidade de um gestor central.

possibilita um elo com a sede do município (espaço onde se concentra a maior parte das políticas sociais) é a escola. Lá convergem ações das secretarias de saúde, educação, assistência social e cultura. A escola não funciona apenas como um espaço estritamente escolar, mas também como um espaço interativo de acesso às políticas sociais.

O fechamento das escolas em um planejamento desconsidera a importância do referencial da escola para a comunidade, causando outros problemas de acesso às políticas sociais, além de provocar o deslocamento dos alunos para a escola mais próxima. Por isso a importância de conhecer a distribuição espacial das escolas, para verificar a oferta, bem como, equacionar a distribuição de recursos administrativos e pedagógicos.

A escola é um espaço comunitário, e, por isso, a comunidade local tem o direito de opinar sobre a transferência ou desativação. Sobre esse viés, compreende-se a importância do conhecimento histórico, econômico e social que emergem da organização da política da educação do campo. Portanto, qualquer que seja a decisão do sistema educacional é necessário não perder de vista a importância que a escola tem para o desenvolvimento local. Nesse sentido, diversos são os recursos que podem auxiliar no processo de tomada de decisão, como as tecnologias de geoprocessamento, por exemplo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins. **O Estado, a política e a regulação do setor educacional no Brasil: uma abordagem histórica**. In: Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos/ Naura Syria Carapeto Ferreira, Márcia Angelada S. Aguiar (orgs.). São Paulo: Cortez, 2001. – 2.ed. p.17-42.

Arroyo, Miguel Gonzáles; CALDART, Roseli Sales; MOLINA, Mônica Castagna (orgs.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Empresa Gráfica da Bahia, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica**. Brasília. 2013.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, MEC/SECAD, 2002.

. Resolução n. 2, de 28 de abril de 2008. **Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**. Brasília, MEC/SECAD, 2008.

BENJAMIM, Cesáre CALDART, Roseli Salete. **Por uma educação básica no campo: Projeto Popular e Escolas do Campo**. Coleção: Por uma educação básica do campo, n03. Brasília DF, 2000.

CALDART, Roseli Salete. **A escolar do campo em movimento**. Coleção: Por uma educação básica do campo, n 03 p. 27-57, Brasília DF, 2000.

CARVALHO, W.L. **Metodologia de Análise para a Localização de Escolas em Áreas Rurais**. (Tese de Doutorado), Publicação T.D-002A/2011, Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, Universidade de Brasília, Brasília 2011.

CUNHA, Maria Couto (org.). **Gestão Educacional nos Municípios: Entraves e Perspectivas**. Salvador: EDUFBA, 2009.

MIRANDA, Sonia Guariza. (Org.) **Educação do campo em Movimento: Teoria e prática cotidiana**; Volume II – Curitiba. Editora UFPR, 2010.

PIZZOLATO, Barros, Barcelos & Canen – **Localização de escolas públicas: síntese de algumas linhas de experiências no Brasil**, Pesquisa Operacional, v.24, n.1, p.111-131, Janeiro a Abril de 2004.

REIS, Edmerson dos Santos. **Educação do campo – Escola, Currículo e Contexto**. Juazeiro BA: ADAC/UNEB-DCH-/NEPAC-SAB, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Educação Brasileira Estrutura e Sistema**. 11ª edição, São Paulo: editora Autores Associados Ltda, junho 2012.

, Dermeval. **Dan ova LDB ao FUNDB: por uma outra política educacional**. 4ª edição, Campinas, SP: editora Autores Associados Ltda, junho 2011

XAVIER, S. **Geoprocessamento e SIG's**. Rio de Janeiro: IGEO, v 14, 104p, 2000.